

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ECONOMIA DA FELICIDADE:
EVIDÊNCIAS E PROPOSTAS TEÓRICAS**

MONOGRAFIA

Vanessa Zucco

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

ECONOMIA DA FELICIDADE: EVIDÊNCIAS E PROPOSTAS TEÓRICAS

Vanessa Zucco

**Monografia de graduação apresentada ao Curso de graduação em
Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,
RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas**

Orientador: Prof.^a Dr.^a Solange Regina Marin

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ECONOMIA DA FELICIDADE: EVIDÊNCIAS E PROPOSTAS
TEÓRICAS**

elaborada por
Vanessa Zucco

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Solange Regina Marin (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Prof.^a Dr.^a Daniela Dias Kühn
Professor (UFSM)

Rita Inês Paetzhold Pauli
Professor (UFSM)

Santa Maria, 10 de dezembro de 2015

“Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena
Acreditar no sonho que se tem
Ou que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém
Tem gente que machuca os outros
Tem gente que não sabe amar

Mas eu sei que um dia a gente aprende
Se você quiser alguém em quem confiar
Confie em si mesmo
Quem acredita sempre alcança...
Quem acredita sempre alcança...
Quem acredita sempre alcança...”

(Legião Urbana)

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a minha mãe, que me deu a possibilidade e muitas condições de ser feliz neste mundo! Amo você!

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas marcam a nossa vida para sempre, umas porque nos vão ajudando na construção, outras porque nos apresentam projetos de sonho e outras ainda porque nos desafiam a construí-los (Autor Desconhecido). Por esta razão, desejo aqui expressar os meus sinceros agradecimentos:

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela dádiva da vida, por me proteger e guiar meus passos.

À minha maravilhosa mãe, que me deu a vida e me ensinou a vivê-la com dignidade, humildade e respeito. Obrigada por todos os conselhos, por me suportar quando estava ansiosa, pelas palavras de força que me incentivaram a nunca desistir, por ser capaz de abrir de alguns sonhos seus para me proporcionar realizar os meus. E principalmente por me fazer acreditar que tudo é possível quando perseguimos os nossos objetivos.

A Júnior Missio que me acompanhou a maior parte da graduação, que foi capaz de me conceder apoio incondicional, aguentou minhas crises nervosas e soube compreender minhas limitações decorrentes do tempo de estudo a que precisei me dedicar. Que respeitou, incentivou minha escolha e minha luta e me concedeu total amparo com as palavras certas e consistentes nas horas que precisei, que me transformou em uma pessoa melhor ao longo de todo este tempo juntos.

Agradeço aos meus colegas pelas palavras amigas nas horas difíceis, pelo auxílio oferecido nos trabalhos e dificuldades do curso e principalmente por estarem ao meu lado nesta caminhada tornando-a mais fácil e agradável. Em especial, as minhas colegas e amigas Larissa Castagna Gonçalves e Caroline Lucion Puchale. Agradeço imensamente o prazer e a oportunidade de ter compartilhado com vocês esses quatro anos de histórias, alegrias e momentos que jamais sairão da minha memória.

Gostaria de agradecer também a Universidade Federal de Santa Maria, ao corpo docente e administração do curso de Ciência Econômicas, que me proporcionaram realizar este curso que é desafiador, instigante e empolgante. Em especial, a minha professora orientadora, Dra. Solange Regina Marin, pelo auxílio, disponibilidade de tempo, material e oportunidades que me ofereceu em projetos de iniciação científica. Obrigada por encorajar minha pesquisa, por me permitir crescer como acadêmica e me inspirar a continuar estudando.

Por fim, a todos que contribuíram de maneira direta ou indireta para a conclusão desta etapa da minha formação acadêmica e profissional.

Minha eterna gratidão.

RESUMO

Monografia de Graduação
Curso de Ciências Econômicas
Universidade Federal de Santa Maria

ECONOMIA DA FELICIDADE: EVIDÊNCIAS E PROPOSTAS TEÓRICAS

AUTORA: VANESSA ZUCCO

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a SOLANGE REGINA MARIN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 10 de dezembro de 2015.

Uma das maiores fontes motivacionais que os seres humanos possuem é sentir-se bem, estar feliz. Felicidade sempre foi tema de grande interesse filosófico. Nas últimas três décadas este tema adentrou de maneira mais profunda na Ciência Econômica. Evidências para isso são encontradas no desenvolvimento por economistas de técnicas para captar a satisfação com a vida, as emoções, o sentimento e a autoestima social por parte de relatos de indivíduos. As pesquisas são realizadas em centenas de milhares de indivíduos entre países e continentes. Apesar dos empenhos para decifrar a felicidade humana, ainda não se encontraram respostas unânimes para as questões que a norteiam. Este trabalho é mais um esforço neste sentido, que tem como problemática central encontrar quais são os fatores responsáveis pela determinação da felicidade. O objetivo é averiguar dentro da literatura já consagrada os fatores econômicos e não econômicos que estão por traz da felicidade. A discussão da temática nesta monografia permitiu inferir resultados sobre os seguintes fatores: renda e consumo possuem relação positiva com a felicidade no curto prazo; inflação – quanto maior for a inflação dentro de um país menor será a felicidade relatada por seus cidadãos; o desemprego reprime a felicidade; institucionais – a liberdade econômica e política é capaz de aumentar a felicidade dos indivíduos, assim como a transparência, eficiência e agilidade do governo; - saúde física e mental gera maior felicidade, doenças crônicas e depressões severas levam a felicidade a níveis críticos, quanto mais grave a deficiência maior é a queda na felicidade e casamento – existe correlação positiva entre o estado civil e a felicidade. Neste sentido, se estabelecem relações entre as emoções, a satisfação, o otimismo e a auto realização dos indivíduos com os diferentes domínios da vida e a medida que estas se mostram de forma satisfatória um dos fins e dos sentidos que movem a vida humana é alcançado: a felicidade.

Palavras-chave: felicidade; renda; inflação; emprego; saúde; casamento; instituições.

ABSTRACT

Monograph of graduation
Economics Course
Santa Maria Federal University

HAPPINESS ECONOMY: EVIDENCES AND PROPOSALS THEORY

AUTHOR: VANESSA ZUCCO

ADVISOR: PROF.^a DR.^a SOLANGE REGINA MARIN

Date and Place of Defense: Santa Maria, December 10, 2015.

One of the greatest motivational sources that humans have is to feel good, be happy. Happiness has always been subject of great philosophical interest. Over the past three decades, this subject entered more deeply in the Economic Science. Evidence for this is found in economist's development techniques to capture the life satisfaction, emotions, feelings and social self-esteem on the part of individuals reports, searches are performed on hundreds of thousands of people across countries and continents. Despite the endeavors to decipher human happiness, they have not met unanimous answers to the questions that guide. This work is one more effort in this direction, which has as its central issue to find what are the factors responsible for the determination of human happiness. The goal is to find out within the literature already established economic and non-economic factors that are behind happiness. The topic of discussion in this monograph also has shown results on the following factors: income and consumption has positive correlation with happiness in the short; inflation - higher inflation within a country will be smaller happiness reported by its citizens; employment - unemployment represses happiness; institutional - economic and political freedom are able to increase the happiness of individuals, as well as the transparency, efficiency and government responsiveness; - physical and mental health leads to greater happiness, chronic diseases and severe depressions bring happiness to critical levels, the more severe the disability is the largest drop in happiness; and marriage - there is a positive correlation between marital status and happiness. In this sense, relations are established between emotions, satisfaction, optimism, and self-realization of individuals with different areas of life and as relations have success you can achieve the purposes and directions that move human life be reached: happiness.

Key-Words: happiness; income; inflation; employment; health; marriage; institutions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de crescimento da satisfação com a vida e o PIB real per capita para 17 países desenvolvidos	26
Figura 2 – Taxa de crescimento da satisfação com a vida e PIB real per capita para 9 países em desenvolvimento	27
Figura 3 - Taxa de crescimento da satisfação com a vida e o PIB per capita para 11 países em transição.	28
Figura 4 - Felicidade e ocupação no Brasil	35
Figura 5 – Liberdade econômica, política e pessoal.....	40
Figura 6 - Felicidade e estado civil no Brasil	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Classificação dos conceitos de bem-estar	21
Quadro 2 - Resumo dos fatores econômicos determinantes da felicidade dos indivíduos.	37
Quadro 3 - Resumo dos fatores não econômicos determinantes da felicidade dos indivíduos.	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os aspectos caracterizadores de felicidade que mais ocorreram, segundo pesquisados em Cascavel (PR) – outubro de 2003.....	43
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 RESGATE DA ORIGEM DO TERMO FELICIDADE	17
2.1 Introdução.....	17
2.2 Conceituação de felicidade e debate econômico	17
3 FELICIDADE HUMANA X FATORES ECONÔMICOS.....	25
3.1 Introdução.....	25
3.2 Renda.....	25
3.2.1 Consumo.....	30
3.3 Inflação	31
3.4 Emprego	33
4 FELICIDADE HUMANA X FATORES NÃO ECONÔMICOS.....	38
4.1 Introdução.....	38
4.2 Institucionais.....	38
4.3 Saúde	41
4.4 Casamento	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Um dos maiores objetivos da vida de qualquer ser humano é ser feliz. Muitos tentam descobrir os “segredos da felicidade”. Este tema que vem desde os filósofos clássicos da Grécia Antiga – Aristóteles e Platão – ainda não apresenta respostas unânimes para as questões que o norteia. As atividades econômicas de produção de bens e serviços não possuem um fim em si mesmas, mas somente tem valor na medida em que contribuem para o incremento da felicidade.

Durante séculos este assunto manteve-se como competência exclusiva de filósofos e teólogos, que a partir de especulações ofereciam prescrições sobre uma “boa vida”. A entrada nas ciências sociais teve como ponto de partida a psiquiatria, em que o inverso da felicidade, a depressão, passou a ser vista como um problema a ser solucionado. Mais recentemente, por volta dos anos 1950, adentra-se nas ciências sociais dominantes, como a Ciência Econômica (EASTERLIN, 2004).

Foi nas últimas três décadas que os estudos que envolvem felicidade na Economia se estabelecem de fato como temática alternativa. A explicação para isto encontra-se no progresso material alcançado pelo mundo e pelos questionamentos de alguns economistas da validade de indicadores estritamente econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), para representar a satisfação com a vida dos cidadãos de um país. O uso da felicidade na economia recebeu influências da psicologia¹, principalmente do desenvolvimento da área da psicologia cognitiva, que investiga os processos mentais por trás do comportamento humano (LIMA, 2007).

Os estudos desenvolvidos tratam de variáveis como: emoções, sentimento e alcance de objetivos e são fundamentalmente empíricos e embasados em *surveys* (pesquisas de opinião) sobre o grau de felicidade em que as pessoas se encontram. Um exemplo de pergunta feita aos entrevistados é “Em geral, o quão feliz você é? – muito feliz, feliz, não tão feliz?” Outro exemplo poderia ser, “O quão satisfeito você está com a sua vida? - muito, um pouco, mais ou menos ou nada?”

Cada pessoa consegue responder com facilidade a estas perguntas sobre os seus sentimentos com relação ao seu bem-estar. De acordo com as respostas captadas dos

¹ O psicólogo Daniel Kahneman teórico faz uso da combinação da economia com a ciência cognitiva, ganhou o prêmio Nobel de Economia em 2002, defende a ideia que a felicidade contém uma dimensão objetiva, assim como as determinações da utilidade.

entrevistados é possível fazer análises estatísticas e compreender quais são os fatores responsáveis por determinar alguns indivíduos mais felizes do que os outros. O estudo do comportamento humano pode enriquecer o conhecimento sobre a ciência. No campo teórico, observa-se a contribuição mais significativa, com a agregação de uma variedade de comportamentos individuais que levam a uma investigação mais cuidadosa e realista dos fenômenos econômicos e por sua vez sociais.

Estas pesquisas além de contribuírem com a preocupação básica do ser humano – a felicidade, também trazem proveitos para o desenvolvimento dos conceitos referentes a utilidade, decisão de políticas públicas e solução de paradoxos econômicos que a teoria tradicional não conseguiu encontrar respostas (BECKER, 2009; NERY, 2014).

O problema que orientou a presente monografia é: “Quais são os principais fatores econômicos e não econômicos responsáveis pela determinação da felicidade humana? A renda monetária é o principal fator que traz felicidade?” O objetivo geral é investigar por meio de pesquisa bibliográfica, quais os fatores que estão sendo reportados como mais relevantes para a felicidade. Os objetivos específicos são: apresentar o conceito de felicidade e sua origem na Economia; investigar os fatores econômicos, como renda, inflação e emprego, bem como os fatores não econômicos, como os institucionais, saúde e casamento, que estão por trás da felicidade.

Apesar de novo, o campo da felicidade tende a se tornar um tema de elevada influência na Economia. Já existe uma massa crítica científica, social e política fortalecida². Este trabalho é mais um empenho para promover e divulgar este novo campo em discussão na Ciência Econômica.

Esta monografia apresenta caráter de pesquisa bibliográfica, como forma de procedimento técnico, pois procurou-se materiais – livros, artigos científicos, periódicos, etc. – já elaborados sobre o tema para dar suporte ao seu desenvolvimento. Além de que “objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, deste modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre este objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores” (CHIZZOTTI, 1995, p.135).

Quanto à abordagem do problema será utilizado a pesquisa qualitativa, que conforme Richardson (1999), proporciona uma tentativa de compreensão mais

² Como exemplos de trabalhos é possível citar: EASTERLIN, 1974, 2003; FREY; STUTZER, 2002; BLANCHFLOWER; OSWALD, 2004; GRAHAM 2005; CLARK; OSWALD, 1994; LAYARD, 2005.

detalhada da significância e das peculiaridades situacionais do problema em questão, por meio de descrições ricas, que por sua vez oferecem maior flexibilidade para se adequar as teorias ao fenômeno em estudo.

O estudo está dividido em cinco capítulos, a começar por essa introdução. O segundo capítulo contém um resgate da origem do termo felicidade, com a apresentação do seu conceito e dos determinantes do seu desenvolvimento na Ciência Econômica. No terceiro capítulo são apresentados os fatores econômicos determinantes da felicidade humana. O quarto capítulo apresenta os fatores não econômicos. No capítulo cinco, são apresentadas considerações finais da monografia.

2 RESGATE DA ORIGEM DO TERMO FELICIDADE

2.1 Introdução

Antes de prosseguir na discussão dos fatores econômicos e não econômicos responsáveis por determinar a felicidade humana é necessário fazer alguns questionamentos: o que vem a ser felicidade? Como este tema se tornou interesse da Ciência Econômica? O termo felicidade pode ser associado a diversos conceitos e noções. Cabe neste capítulo discutir os principais aspectos conceituais encontrados na literatura sobre o tema e também buscar a compreensão de como a “felicidade” adentrou nos debates econômicos.

2.2 Conceituação de felicidade e debate econômico

Quando indagados sobre seus principais objetivos e metas, a maioria dos indivíduos refere-se a sua felicidade. Quanto ao desejo que tem para seus filhos: fortuna, sucesso ou felicidade? A resposta mais frequente é a felicidade. Mas porque razão este assunto só adentrou nas Ciências Sociais a pouco tempo? O motivo mais apontado é a diversidade de tentativas de explicação para o conceito de felicidade (NIZA, 2007).

Felicidade derivada do latim – *felicitate* – significa qualidade ou estado de ser feliz. Segundo Pastore (2001), felicidade não é só o sentimento de ser feliz, mas também representa o prazer que os indivíduos sentem de viver, inclui a sequência cumulativa de experiências que obtém durante a sua vida.

A mais antiga referência de filosofia sobre o termo felicidade é derivada do filósofo grego Tales de Mileto, que designa felicidade como ter um corpo saudável, uma alma com boa formação e ser um indivíduo de sorte. Já para Sócrates, a felicidade não possui uma conexão tão direta com o corpo, a maior importância é dada a estar bem com a alma, propiciado por uma conduta adequada e virtuosa. Para Kant, a felicidade está ligada com os desejos e prazeres, não constitui parte de uma investigação filosófica (ABBAGNANO, 1970).

Para Giannetti (2002, p.68), “a felicidade sempre foi e continua sendo um grande fim, se não a finalidade suprema, em nome do qual se justificam escolhas na vida pública e privada”. Para Aristóteles, todas as ações humanas são dirigidas direta ou indiretamente para alcançar a felicidade. As ações são conectadas por fatores motivacionais que passam por um processo cumulativo até chegar ao objeto final, a felicidade. Vale ressaltar que a felicidade não é sustentada pela existência de outros fins, ela mesma é capaz de justificar a sua existência (BECKER, 2009).

Segundo Veenhoven (1991, p. 5), “The history of happiness research is the history of confusion. ” A este termo se tem atribuído diferentes significados e isto impede a sua compreensão de modo produtivo. A dificuldade de conceituação deriva do entendimento da felicidade na linguagem comum, que tende a levar a uma confusão no âmbito técnico científico, com incremento de um debate ideológico em termos de prioridades de valor (VEENHOVEN, 1991).

A noção de felicidade está inclusa na base do termo economia, que foi concebido pelo filósofo grego Aristóteles (1980). *Oikonomique* significa a ciência ou a virtude de usar de maneira apropriada os recursos necessários e disponíveis, afim de conseguir uma vida boa e feliz. Logo, a Ciência Econômica apresenta um caráter ético e a ligação com a felicidade é dada de forma histórica (SHIKIDA, 2009).

Adam Smith identifica a felicidade como sendo proveniente de uma vida virtuosa. A riqueza para ele é desejada por grande parte dos indivíduos, porém não está longe do ideal que tange o aspecto moral (NETTO, 2014). Segundo Aragão (2002), a noção de que a economia é a ciência da “riqueza das nações” é falsa, apesar de existir a possibilidade de a felicidade ser pública. Tanto no âmbito microeconômico quanto no macroeconômico, ao se conseguir a satisfação dos indivíduos, por meio da maximização dos desejos chega-se de grosso modo a felicidade. Para se alcançar a felicidade de uma comunidade é necessário apoio do Estado (SHIKIDA, 2009).

Giannetti (2002, p.68-69) ressalta a relação entre economia e felicidade:

Assim como a saúde está para a medicina (...), a *felicitá pubblica* seria o objetivo maior frente ao qual toda a maquinaria do processo político, social e econômico constituiria tão somente um meio adequado e ao qual estaria subordinada. O economista Irving Fisher (...) é claríssimo sobre isso. Toda atividade produtiva, ele argumentou, e 'todas as transações monetárias que dela decorrem derivam a importância que possuem somente na condição de preliminares úteis e necessárias da renda psíquica – da satisfação humana (...)'. De Petty e Turgot, no século XVIII, a Keynes, Friedman e Samuelson, poucos economistas dignos de nota discordariam.

Veenhoven (1997, p.) define: “Happiness is the degree to which a person evaluates the overall quality of his present life-as-a-whole satisfaction. In other words, how much the person likes the life he/she leads”. A satisfação com a vida passa a ser um indicador de bem-estar, afetado por padrões de comparação, emoções, sentimentos e fatores situacionais (DIENER, E.; DIENER, M.; DIENER C., 1995; DIENER; SUH, 2000).

Veenhoven (2003, p. 1) descreve o conceito de felicidade na visão utilitarista de Bentham³:

Two centuries ago Jeremy Bentham (1789) proposed a new moral principle. He wrote that the goodness of an action should not be judged by the decency of its intentions, but by the utility of its consequences. Bentham conceived final ‘utility’ as human ‘happiness’. Hence he concluded that we should aim at the ‘greatest happiness for the greatest number’. Bentham defined happiness in terms of psychological experience, as ‘the sum of pleasures and pains’. This philosophy is known as ‘Utilitarianism’, because of its emphasis on the utility of behavioral consequences. ‘Happyism’ would have been a better name, since this utility is seen as contribution to happiness.

Percebe-se que Bentham defendia o alcance do fim – felicidade – pelo maior número de pessoas, independente do caminho percorrido para alcançá-lo. Mill⁴ segue esta mesma lógica e defende que as ações tomadas pelos indivíduos estão corretas na medida em que são capazes de gerar felicidade, ao mesmo tempo em que estão erradas na medida em que geram infelicidade (VEENHOVEN, 2003).

O bem-estar – felicidade – na economia ortodoxa é visto como o alcance das preferências do consumidor, via função de utilidade, dada a restrição orçamentária. Para Graham (2005), este método desconsidera outros fatores relevantes para o bem-estar dos indivíduos, pois existem diferentes preferências para trabalho material ou não material. Os indivíduos podem escolher um trabalho que pague menos e não permita expandir sua restrição orçamentária, mas que seja mais recompensador em outros sentidos. Eles podem não estar querendo maximizar sua utilidade.

Para Sen (1985), o utilitarismo possui caráter reducionista; limita a análise das diferentes situações enfrentadas pelos indivíduos a questões diretas. Desconsidera

³ Jeremy Bentham (Londres, 15 de fevereiro de 1748 – Londres, 6 de junho de 1832) foi um filósofo que, em 1779, incorporou nos seus estudos a noção de felicidade relacionada ao bem-estar (utilidade). Para ele a ação utilitária e a busca do prazer são fundamentos capazes de guiar os indivíduos na direção do bem e fundamentar uma moral.

⁴ John Stuart Mill (Londres, 20 de maio de 1806 – Avinhão, 8 de maio de 1873) foi filósofo e economista britânico que teve sua educação orientada e guiada dentro da lógica bethamiana do utilitarismo.

escolhas intencionais e normativas, além de não levar em conta elementos como a liberdade e motivações de fundo intrínseco na vida dos indivíduos. Para o autor os indivíduos devem ser vistos como importantes no meio em que vivem por quem são e não porque são capazes de gerar utilidade.

A teoria da utilidade normalmente leva em conta questões como renda, riqueza e recursos. Em contraposição, Sen (1933) propõe que uma vida boa pode ser alcançada na medida em que os indivíduos possuem efetiva liberdade de fazerem o que desejam e os processos de decisão no âmbito político respeitam esta liberdade. Os indivíduos neste caso possuem a capacidade de fazer as coisas que eles têm razão para valorizar, ou seja, os indivíduos podem escolher fazer o que para eles agrega mais sentido as suas vidas. O bem-estar neste sentido não se reduz a ótica da utilidade, mas vem a depender de outros fatores e concepções. Sen (1933), propõe a ampliação da discussão de bem-estar.

As contribuições mais recentes na ampliação da discussão de bem-estar remetem a 1991, ano em que os cientistas avançaram na conceituação do termo felicidade como sinônimo de bem-estar, este avanço está demonstrado no modelo síntese (Quadro 1).

	Bem-estar objetivo	Bem-estar subjetivo	Composições dos dois
Bem-estar Individual	qualidades pessoais	auto avaliações	
- aspectos	sabedoria, estabilidade, robustez, criatividade, moralidade, etc.	satisfação no trabalho, autoestima, crença de controle	força do ego, identidade
- geral	necessita de gratificação, auto realização, efetuação de resultado	satisfação com a vida, contentamento, nível hedônico	saúde (mental), ajuste, moral individual
Bem-estar Coletivo	qualidades sociais	clima social (parecer)	
- aspectos	coerência, justiça, chances iguais, estabilidade, etc.	aceitação de ordem política, confiança mútua, crença no progresso nacional	integração social, anomia
- geral	viabilidade, capacidade	moral do grupo	Habitabilidade
Composição dos dois			
- aspectos	progresso, segurança, liberdade, igualdade, etc.	Emancipação	
- geral	bem-estar, progresso	Alienação	bem-estar no sentido mais amplo

Quadro 1- Classificação dos conceitos de bem-estar

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Veenhoven (1991).

A felicidade neste sentido pode ser compreendida como sinônimo de bem-estar no seu âmbito mais amplo; ambos se referem a um estado pleno de satisfação com a vida. Representam prazeres momentâneos, acontecimentos objetivos, assim como estão relacionados ao significado que cada pessoa atribui a sua própria vida. São as crenças e as emoções de cada indivíduo componentes fundamentais da felicidade ou bem-estar no seu sentido mais amplo. Os próprios indivíduos avaliam as transformações no mundo ao seu redor de acordo com os seus sentimentos (GIANETTI, 2002).

A Economia da Felicidade abre caminho para noções de bem-estar e utilidade mais expandidos, com comportamentos individuais racionais e não racionais interligados, além de funções de utilidade interdependentes e que permitem captar informações adicionais, além de preferências padrões estabelecidos a priori. (GRAHAM, 2005).

A abordagem de felicidade que é discutida nesta monografia distancia-se da noção de felicidade como emoções positivas e bens materiais, que buscam como fim

único a maximização do prazer (hedonista). A discussão da felicidade aqui retratada se aproxima da noção eudaimônica, que está ancorada na virtude, ou seja, está dentro de cada indivíduo e faz parte da construção dos objetivos de desenvolvimento humano, que atribui significado a vida e busca inspiração no desenvolvimento pessoal e dos outros (NIZA, 2007).

Segundo Graham (2005), já faz anos que os psicólogos usam pesquisas de opinião para reportar felicidade, mas somente nas últimas décadas os economistas se aventuraram nesta área. Apesar de se observar nos economistas Bentham, Mill, Smith e Marx estudos que incorporam a felicidade em seus trabalhos. Esta somente foi incluída efetivamente após uma iniciativa do *United Nations Development Programme* comandada por Mahbub ul Haq a Amartya Sen e publicado no *Human Development Report*. A ideia tinha como origem um estudo realizado em Chenery em 1974, que tentou montar indicadores de “grau de desenvolvimento” capazes de capturar dimensões sociais e humanas incorporadas as atividades econômicas (FRANCO, 2012).

Foi com o interesse da economia voltando-se para a interdisciplinaridade nas reflexões sobre desenvolvimento, que a partir da década de 1990 questões que envolviam considerações sobre o sentido da vida passaram a despertar a curiosidade dos economistas sobre a felicidade humana. Outro fator que explica este maior interesse são os dados de boa qualidade e consistentes fornecidos via pesquisa de opinião pelo Instituto Gallup sobre a satisfação dos indivíduos com relação as suas vidas (FRANCO, 2012).

Easterlin⁵ (1974) foi um dos economistas que se aproveitou dos dados empíricos divulgados pelo Instituto Gallup para o Japão e para os Estado Unidos, no pós-guerra. O autor formulou o que ficou conhecido na literatura como o “Paradoxo de Easterlin”: não existe correlação positiva entre a felicidade e a renda dos indivíduos.

Segundo Franco (2012), este foi um resultado polêmico e de consequências amplas para a evolução do desenvolvimento econômico, ou para a ênfase no PIB como um sinônimo de sucesso econômico. Este resultado apesar de surpreender não foi o suficiente para dar origem a uma explosão de estudos sobre felicidade. Estes só

⁵ Richard Easterlin foi o primeiro entre os economistas modernos a revisar o conceito de felicidade em 1974. Os trabalhos como o do autor mencionado baseiam-se em *surveys* ao longo do tempo, entre diferentes países, apresentando a relação da felicidade com fatores, como renda, saúde, estado de emprego, confiança no país em que vive e relação matrimonial (GRAHAM, 2005). Esta técnica recebe críticas, pois as respostas dos entrevistados podem coincidir com emoções momentâneas, que não são capazes de reportar a realidade do que o indivíduo sente. Esta pesquisa pode também estar sujeita ao viés caudado pela ordem das questões. Entretanto, as desvantagens desta metodologia são pequenas frente as vantagens, o que faz com que ela seja validada e considerada satisfatória (NERY, 2014).

ocorreram duas décadas depois, até então o interesse manteve-se entorno do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH).

Para Franco (2012), a explicação para os estudos em felicidade terem se tornado foco de interesse somente, a partir de 1990, ocorreu devido ao grau de progresso material alcançado em todo o mundo e aos *policy makers* envolvidos em desenvolvimento econômico terem demonstrado interesse em outros temas “não econômicos”, além do que eles já discorriam no IDH. Outras fontes motivacionais da felicidade como tema de estudo podem ser encontradas no descontentamento com a crise de 2008, nas preocupações referentes às questões ambientais e no advento do crescimento da China por meio de um governo autoritário.

Segundo Niza (2007), os estudos sobre a felicidade na Economia, até 1990, foram caracterizados por uma série de contribuições isoladas. Foi em 1997, com a publicação de um compilado de três trabalhos, dos autores Andrew Oswald, Robert Frank e Yew-Kwang Ng, com comentário editorial de Dixon no *Economic Journal* que o tema ganhou legitimidade. Dixon (1997) elaborou uma nota que denominou *Controversy* e explanou sobre a dedicação de economistas de diferentes correntes da análise econômica sobre a felicidade e defendeu a ocupação de um lugar central para a temática.

Oswald (1997) utilizou uma análise entre felicidade e crescimento econômico para questionar a validade do Produto Interno Bruto (PIB), da taxa de juros e da inflação como indicadores diretos de melhoria na qualidade de vida dos cidadãos de um país. Para o autor, a única maneira de se chegar a políticas sociais e econômicas adequadas é por meio da procura de padrões de felicidade nos dados disponíveis sobre os países ao longo do tempo. O autor enfatiza a importância de as políticas públicas tomarem como foco o desemprego, indicador que para Oswald representa a maior infelicidade dos indivíduos.

Robert Frank (1997) corroborou com o trabalho intitulado *The frame of reference as a public good*, com a indagação referente a possibilidade de maior consumo propiciar maior felicidade. A preocupação central do autor é descobrir maneiras cabíveis de as pessoas despendem tempo e dinheiro no mesmo instante que a felicidade aumentasse. Frank (1997) defende que o interesse das políticas públicas deve ser centrado em regular o consumo. Já Yew-Kwang Ng (1997) reflete sobre felicidade e comparabilidade interpessoal. Para o autor as questões fundamentais da vida social e humana envolvem a felicidade.

Desde a publicação destes artigos, os estudos na área começaram a se proliferar. Mas, não obstante o renovado interesse pela felicidade na Economia ocorreu diante dos esforços para criar alternativas para compreender e combater a crise de 2008. O presidente da França, Nicolas Sarkozy criou uma comissão composta por economistas renomeados e ganhadores do prêmio Nobel, Amartya Sen e John Stiglitz, para buscar “vias alternativas” e inovadoras, sem abandonar os avanços já alcançados em termos de desenvolvimento e compreensão do comportamento humano. Os esforços desta comissão foram destinados a suprir as ansiedades apresentadas pelos chefes de estado – formadores e financiadores da comissão – e para lidar com questões referentes a medicina convencional (FRANCO, 2012).

A comissão visava focar em áreas diferentes das até então discutidas pelo Banco Mundial e outras instituições. Para isso os membros se debruçaram sobre métricas de sucesso econômico, consideradas adequadas na época – como, a renda nacional e o Produto Interno Bruto, PIB – e se questionaram sobre as restrições e desvios de viés que estas poderiam trazer. Conscientes das limitações das medidas já utilizadas, o interesse da comissão voltou-se para o tema felicidade. Tema não tão novo, mas pouco discutido. Num relatório elaborado pelos membros da comissão apareceram indicadores de saúde, cultura, experiência com trabalho, engajamento político e relações sociais, como representantes de maior satisfação com a vida e também critérios que deveriam ser melhor integrados as contas nacionais e as definições de políticas públicas (FRANCO, 2012).

O relatório publicado foi um ponto de partida para que surgissem pessoas interessadas e curiosas sobre o tema. A partir daí, passaram a ser produzidas pesquisas e divulgados regularmente estatísticas e indicadores sobre o tema.

3 FELICIDADE HUMANA X FATORES ECONÔMICOS

3.1 Introdução

As pesquisas realizadas no campo da Economia da Felicidade investigam os fatores econômicos determinantes da felicidade dos indivíduos, com principal destaque para fatores: renda, emprego e inflação. O objetivo central deste capítulo é discutir algumas das propostas teóricas e evidências existentes na literatura que trazem estes fatores e relacionam com a melhoria dos níveis de felicidade.

3.2 Renda

Tendências de curto prazo demonstram que felicidade e renda estão positivamente relacionadas, já no longo prazo estas duas variáveis apresentam relação inversa (EASTERLIN, 2003). Segundo Frey e Stutzer (2002a), durante a Segunda Guerra Mundial a renda real em vários países cresceu a taxas surpreendentes, ao mesmo tempo em que a melhoria na felicidade da população não acompanhou tais taxas ou até mesmo descareceu em alguns períodos.

Foi em 1974 que a Economia da Felicidade foi incorporada às abordagens acadêmicas como uma área promissora, tal feito se deve a publicação do artigo “*Does economic growth improve the human Lot? Some empirical evidence.*”, onde o economista e demógrafo Richard Easterlin respondeu a três questões: considerando um determinado país, as pessoas ricas são mais felizes que as mais pobres? Países com renda *per capita* mais elevada possui habitantes mais felizes? O crescimento econômico – elevação da riqueza nacional – é capaz de elevar o bem-estar subjetivo individual?

A resposta concebida à questão inicial segue o senso comum⁶, que postula que dentro de um determinado país as pessoas mais ricas são aquelas que em média apresentam níveis de felicidade mais elevados. Estes resultados foram encontrados por Easterlin (1974) em um estudo aplicado em 19 países (heterogêneos). Stevenson e Wolfers (2013) realizaram a mesma pesquisa que Easterlin para uma amostra de 100

⁶ Segundo o Dicionário Aurélio (1998), senso comum constitui uma gama de opiniões ou ideias que são aceitas como verdadeiras numa determinada época e em um determinado lugar.

nações e não encontram nenhum país em que os níveis reportados de felicidade dos mais pobres fosse mais elevado que o dos mais ricos.

Para Gardner e Oswald (2001), que analisaram os ganhadores de elevadas quantias em loterias da Inglaterra, o valor de um milhão de libras⁷ é a quantidade suficiente para retirar um indivíduo da condição de infeliz para a condição de feliz em pesquisa de felicidade relatada. Frank (2005) afirma que ao analisarmos a felicidade média das pessoas em um dado país versus a renda média do mesmo, as pessoas mais ricas são de fato mais felizes que as pessoas mais pobres.

Todavia, quando se volta para a esfera internacional e intertemporal os resultados apresentam-se de forma diferente. Nos Estados Unidos no período de 1946 a renda real *per capita* girava em torno de 11 mil dólares, em 1991 constata-se mais que uma duplicação nesta renda, passando para 27 mil dólares. Com relação a felicidade, ela permaneceu em média constante neste período de 45 anos, sem indicação de influência da renda na felicidade dos indivíduos (FREY; STUTZER, 2002a).

A prova destas constatações é demonstrada nos estudos de series temporais para países desenvolvidos, em período de transição ou países em desenvolvimento (EASTERLIN, 2003). Na figura 1 tem-se a análise de 17 países, sendo 14 países desenvolvidos da Europa, Estados Unidos, Canada e Austrália, com séries de tempo de 21 a 34 anos. Não se observa relação significativa entre a felicidade e o crescimento do PIB per capita nestes países.

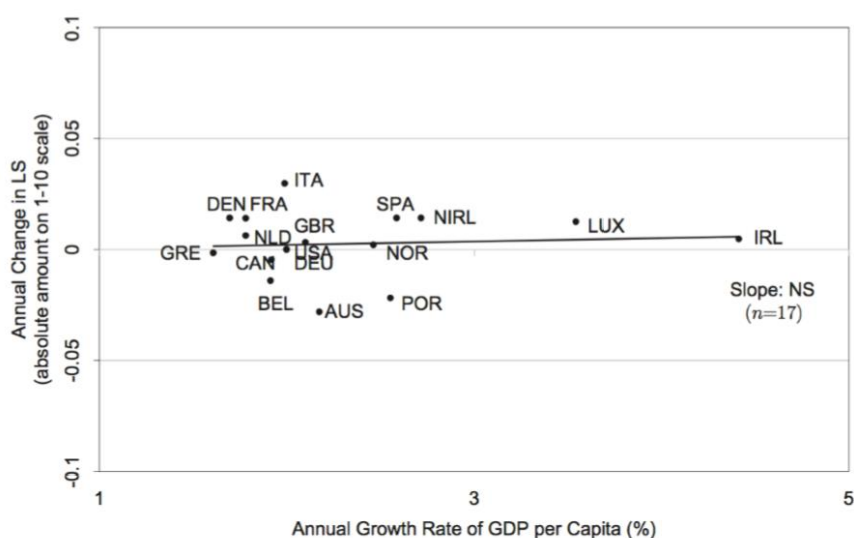


Figura 1 - Taxa de crescimento da satisfação com a vida e o PIB real per capita para 17 países desenvolvidos

Fonte: Easterlin et al. (2010).

⁷ Em média um milhão de libras equivale a mil e quinhentos reais por mês.

A figura 2 apresenta o mesmo estudo, mas para 9 países em desenvolvimento, quatro da Ásia, quatro da América Latina e um da África Subsaariana, com series de tempo que variam de 15 a 33 anos. As conclusões oferecidas são as mesmas da figura 1; a relação entre a taxa de satisfação com a vida e a renda continuam negativas. A China é um país que se destaca, com taxa de crescimento de 10% ao ano no período analisado pelos autores e mesmo assim, este crescimento não é capaz de melhorar a satisfação com a vida.

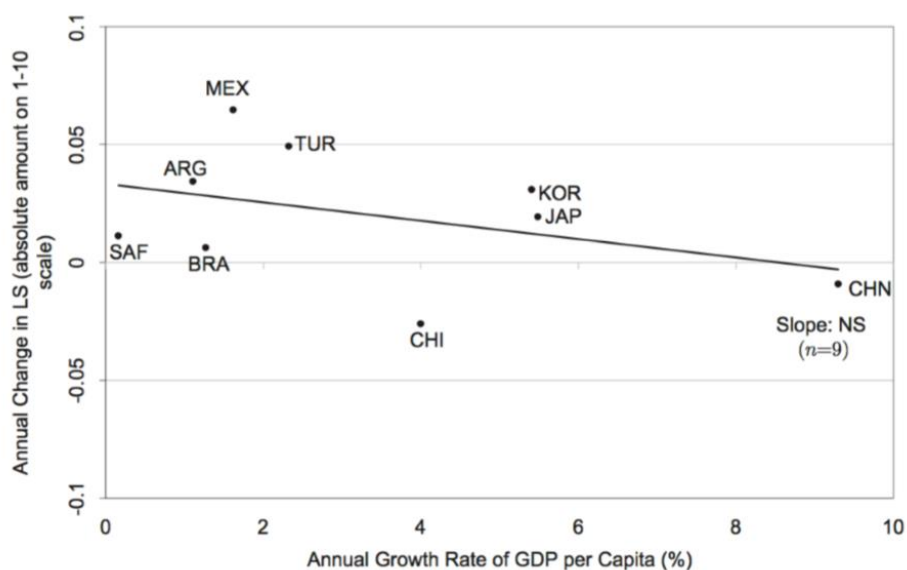


Figura 2 – Taxa de crescimento da satisfação com a vida e PIB real per capita para 9 países em desenvolvimento

Fonte: Easterlin et al. (2010).

O caso contraditório mais surpreendente é o da China, onde o PIB real per capita passou por uma multiplicação de quatro vezes em duas décadas e nem assim a satisfação da população com a vida melhorou. Eletrodoméstico, como geladeiras e máquinas de lavar, incomuns em 1990, agora são de uso comum em áreas urbanas, assim como TV em cores e automóveis, percebe-se que o incremento na quantidade de bens materiais não foi capaz de elevar a felicidade dos indivíduos (EASTERLIN, 2013).

Na figura 3 é apresentada a mesma análise, mas para 11 países em transição do centro e da Europa Ocidental com série de tempo variando de 12 a 22 anos. A taxa de crescimento da satisfação com a vida relacionada ao PIB per capita apresenta-se negativa.

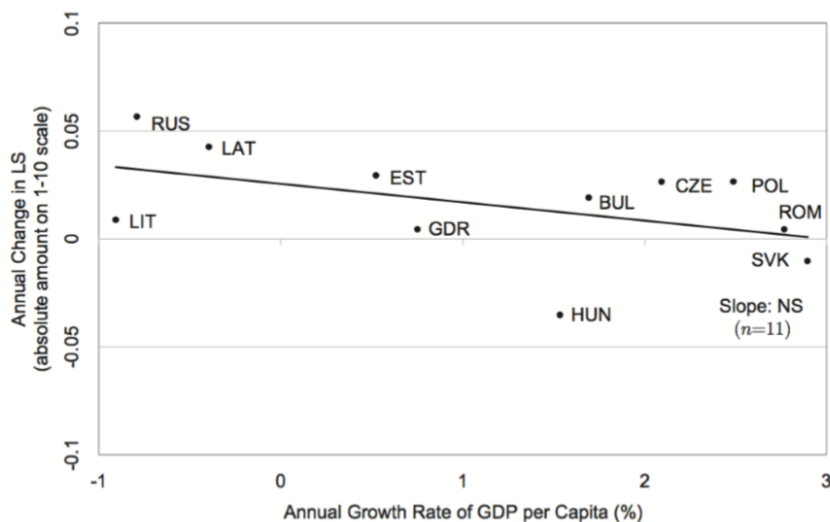


Figura 3 - Taxa de crescimento da satisfação com a vida e o PIB per capita para 11 países em transição.

Fonte: Easterlin et al. (2010).

Segundo Easterlin (2013), as series temporais comprovam que em países ricos, em transição ou em desenvolvimento não existe relação significativa entre a melhoria na satisfação com a vida e o PIB per capita. Desta relação negativa surge o “Paradoxo de Easterlin”⁸: “[...] at any particular time richer individuals are happier than poorer ones, but over time the society did not become happier as it became richer” (SACHS, 2012, p. 4).

Uma possível interpretação da existência do Paradoxo de Easterlin pode ser encontrada em Scitovsky (1976). O autor afirma que o dinheiro na maior parte do tempo não é capaz de comprar os maiores prazeres da vida, pois estes não se encontram disponíveis para venda no mercado. A lógica econômica que associa renda com satisfação pessoal mostra-se de forma falaciosa. Para Lane (2000), a verdadeira felicidade só pode ser encontrada na auto realização do indivíduo profissionalmente e nas relações estabelecidas com os amigos e familiares.

Outra interpretação para o Paradoxo de Easterlin encontra-se nos psicólogos Brickman e Campbell (1971). Os autores utilizam-se da expressão *hedonic treadmill* (esteira hedonista) para caracterizar a existência de aspirações em relação ao consumo, por exemplo, quando um indivíduo consegue obter uma renda mais elevada está vem

⁸ Apesar da surpreendente contribuição trazida por Easterlin (1974), seu estudo não ficou isento de críticas posteriores. Autores como VEENHOVEN, 1991 e SACKS; STEVENSON; WOLFERS, 2010, por meio de métodos quantitativos mais avançados e da ampliação do número de países em desenvolvimento conseguiram expandir o estudo empírico da felicidade. Os resultados encontrados por estes autores indicam uma forte e persistente relação entre renda e felicidade. Para eles Easterlin pode ter interpretado de maneira errônea os dados devido à falta de evidências consistentes entre PIB e felicidade.

acompanhada por um novo padrão de consumo que não é capaz de elevar a felicidade dos indivíduos, pois está em constante crescimento.

Segundo Sabetan (2003), supor que riqueza no âmbito geral possui uma significativa relação com a felicidade, impõe que pessoas mais ricas estariam livres da infelicidade, ao mesmo tempo em que as pessoas mais pobres seriam privadas de experimentar alguma felicidade.

A felicidade e o dinheiro apresentam correlação elevada até certo ponto, depois deste limite a expansão na renda tende a diminuir a felicidade dos indivíduos (RODRIGUES; SHIKIDA, 2005; EASTERLIN, 1974). Segundo Layard (2005), a partir de uma renda anual de US\$ 25 mil a felicidade os indivíduos começa a entrar em uma escala decrescente. Apesar de o dinheiro não ser o responsável por trazer felicidade, a falta dele em excesso, a ponto de restringir a compra de bens necessários pode causar níveis elevados de infelicidade.

Segundo Pastore (2001, p. 1):

Para os mais pobres até mesmo a estabilidade de poder de compra dos últimos anos tem um forte impacto na sua felicidade. Quando se chega no patamar das pessoas de maior poder aquisitivo, cuja renda familiar mensal está entre R\$ 900,00 e R\$ 1.800,00, a felicidade começa a cair.

Outro ponto que pode ser analisado dentro da Economia da Felicidade é a posição relativa da renda: percepção do indivíduo com relação a seus semelhantes, ou seja, com relação ao grupo que pertence. Espera-se que quanto maior for a renda de um indivíduo com relação a de seus semelhantes, maior será sua felicidade. Deste modo, o simples aumento do estoque de dinheiro que um indivíduo possui não é o suficiente para determinar a sua felicidade. Esta depende de questões psicológicas, como as comparações sociais que um indivíduo faz em relação aos seus semelhantes (FREY, 2008; LAYARD, 2005). Para Kahneman (2011), os próprios indivíduos são responsáveis por estabelecer “pontos de referência” dos quais a sua felicidade vai depender.

Clark e Oswald (1996) analisam empiricamente o efeito da renda relativa em comparações dentro do mercado de trabalho. Estas comparações ainda podem ser feitas com relação a pessoas mais próximas dos indivíduos como, familiares, amigos, pessoas que possuem a mesma faixa etária e níveis de escolaridade semelhantes. Deste modo, não é a riqueza absoluta que nos importa, mas sim a riqueza relativa, que permite descobrir se um indivíduo é mais rico que seus pares.

“Riqueza” é termo muito relativo: somos tão ricos quanto nos sentimos, e as pessoas de nosso convívio oferecem, não raro, o parâmetro para esse sentimento. ” (DA COSTA, 2009 p. 29). Frey e Stutzer (2002a) explicam, as pessoas mais ricas impõem sobre as pessoas mais pobres uma “externalidade”⁹ negativa. Esta surge da seguinte forma: os indivíduos que possuem melhores condições de vida exibem seu poder aquisitivo aos mais pobres e estes acabam por sobrevalorizar a riqueza e acreditar que dinheiro é fundamental para ter boas condições de vida, como não o possuem na mesma quantia que as pessoas mais ricas mostram-se insatisfeitos com suas vidas.

Muitas pessoas sonham com a sua independência financeira e investem parte de suas vidas em prol de alcançar este objetivo. Mas não é surpreendente que este desejo nunca seja alcançado, pois a preocupação com ele é tão grande que se esquece de controlar os nossos vieses heurísticos via educação financeira (DA COSTA, 2009).

3.2.1 Consumo

A elevação no consumo propiciada pelo crescimento da renda pode trazer felicidade, por algum período de tempo. O mesmo não se repete com a posse, pois quando determinados anseios são satisfeitos, novos surgem em contraposição a rapidez com que os indivíduos se acostumam com o novo (DA COSTA, 2009). Segundo Nery (2014), desejos materiais não possibilitam um ciclo duradouro de felicidade, apenas estimulam um estado de insatisfação constante.

Para Da Costa (2009), os indivíduos acostumam-se com facilidade com as coisas que tem como novas, ou seja, é um “processo de habituação” que ocorre de maneira rápida. Uma vez que uma renda mais elevada permite alcançar um patamar de vida superior, surge um sentimento dentro do indivíduo de que é necessário aprimorar mais ainda o seu estilo de vida, para passar pelo prazer da mudança novamente. “Esse estilo passa a ser o vício do consumo conspícuo” (DA COSTA, 2009 p. 29).

Em países desenvolvidos e no longo prazo, o dinheiro não é capaz de comprar a felicidade, ou pelo menos não muito. Depois de adquiridos os bens necessários e os confortos da vida, excesso de consumo tende a causar problemas de saúde, como colesterol, obesidade e estresse (NG, 1997). Todos os avanços ocorridos no âmbito

⁹ Externalidade neste caso se refere aos efeitos sociais causados riqueza de posse de um grupo mais reduzido de indivíduos.

econômico, não conseguiram causar expressões significativas de aumento na felicidade, pelo contrário, tem causado suicídios, depressão, crimes e alcoolismo.

Da Costa (2009) conclui que dinheiro, consumo, poder e expectativa de vida longa não são os fatores responsáveis por trazer felicidade, é necessária uma mudança na filosofia de vida. Estima-se que, após conseguir consumir todos os bens componentes das necessidades básicas, aumentos nos rendimentos não ocasionam aumentos proporcionais na felicidade. Para Layard (2005), a partir de uma renda de US\$ 20 mil¹⁰ por indivíduo ao ano os níveis de felicidade tendem a ser reduzidos.

Segundo a “escala dos “economistas da felicidade”, como determinantes da felicidade em primeiro lugar estão as redes de relacionamentos estabelecidas com a família, amigos e parceiros; em segundo lugar está o sentimento de quando se faz algo útil ou prioriza questões como saúde e liberdade. As pessoas que vivem no Ocidente rico, de modo geral, não seguem esta escala de maneira correta. Elas sacrificam questões como liberdade, autodeterminação, saúde, etc, por salários mais elevados e muitas vezes consomem o dobro do que necessitam somente para impressionar as outras pessoas e ganhar *status*. Desta forma, nunca conseguem nunca alcançam a verdadeira felicidade (PRECHT, 2009).

Segundo Kahneman (2011), o conceito “*focusing illusion*” que representa o viés cognitivo que ocorre quando se estabelece muita atenção a uma determinada situação ou aspecto, pode acarretar uma previsão errada do nível de felicidade futura. Por exemplo, caso este aspecto seja um bem qualquer, antes de consumi-lo desenvolve-se no subconsciente dos indivíduos uma expectativa de como será a sua vida quando tiver este produto. Porém muitas vezes esta expectativa é sobrevalorizada e no momento do consumo não se consegue chegar a um nível de satisfação tanto quanto o esperado. Isto implica na ilusão de foco, de modo que os agentes cometem erros ao imaginar o impacto que um bem terá.

3.3 Inflação

A Economia da Felicidade também analisa o papel da inflação na felicidade das pessoas. Quanto maior a inflação menor é a felicidade retratada pelos indivíduos.

¹⁰ Em média US\$ 20 mil equivale a R\$ 75 mil.

Valores elevados de inflação estão associados a baixos valores de satisfação com a vida. A explicação para esta associação se encontra na sensação de incerteza e instabilidade que se gera perante ao futuro econômico (NIZA, 2007). Segundo Di Tella; Macculloch e Oswald (2001a) os indivíduos demonstram preferências superiores sobre um aumento da inflação há um aumento no desemprego.

Os economistas têm oferecido contribuições que demonstram os impactos da inflação na felicidade dos indivíduos. Para Di Tella; Macculloch e Oswald (2001b), os cidadãos se preocupam com as condições da inflação dos seus países. Segundo Shiller (1997), quando questionados sobre como se sentem com relação à inflação, os indivíduos relatam custos não convencionais, como o sentimento exploração ao ter que pagar um preço mais elevado para os bens e serviços; prestígio nacional, acredita que seu país perde prestígio quando a sua moeda é desvalorizada e redução de moral do governo, ao deixar a inflação se elevar e afetar toda população.

Em um estudo realizado com séries de tempo para doze países europeus no período de 1975 a 1991 foi encontrado que uma taxa de inflação mais elevada reduz substancialmente a felicidade relatada. Um aumento na inflação de cinco pontos percentuais, por exemplo, com uma taxa média de inflação de 8% para 13% ao ano, a felicidade média se reduz em 0,05 unidades de satisfação. Se o nível médio de inflação foi de 3,02, por exemplo, ela cairia para 2,97. Esta representa uma quantidade substancial, pois cinco por cento da população é deslocado para baixo na categoria de satisfação com a vida (DI TELLA; MACCULLOCH E OSWALD, 2001b).

Di Tella; Macculloch e Oswald (2001b) consideram que existe um efeito negativo da inflação na felicidade, porém este não é tão forte. Corroborar Frey (2008), uma inflação em patamares inferiores a 5% não é capaz de gerar efeitos significativos nos níveis de felicidade dos cidadãos, somente se esta for alta – superior a 5%.

Gandelman e Hernández-Murillo (2009) utilizaram dados disponíveis no *Gallup World Poll* para analisar os determinantes da apreciação dos indivíduos sobre o seu bem-estar pessoal e do país. As avaliações envolveram posições individuais frente ao passado, presente e medidas futuras de satisfação pessoal e do país. Os resultados encontrados indicam que a inflação tem efeito negativo sobre a satisfação com a vida dos indivíduos no passado e no presente, tanto no âmbito de avaliação pessoal das condições de vida dos próprios indivíduos, quanto na percepção de satisfação com as condições do país. Por outro lado, com a comparação da satisfação presente com relação ao futuro encontra-se um cenário otimista, ou seja, a inflação corrente maior cria o

efeito de melhoria – otimismo – na avaliação de felicidade dos indivíduos, pois o futuro é avaliado como mais favorável. Os indivíduos acreditam que o presente parece mais sombrio.

Embora desemprego e inflação ambos apresentem associação negativa com a felicidade, o desemprego é o que possui os resultados mais impactantes.

3.4 Emprego

Segundo Frey e Stutzer (2002), em diferentes países e em diferentes períodos de tempo a experiência pessoal do desemprego ocasiona infelicidade em níveis maiores que qualquer outro fator, como divórcio ou separação. Esta consequência se deve ao fato de gerar outras perdas indiretas, menor renda, status social e credibilidade frente ao grupo social pertencente.

Nas nações mais industrializadas, a preocupação com o desemprego é notável. Com o desenvolvimento de novas tecnologias alguns postos de trabalho comuns estão desaparecendo e as pessoas empregadas nestes são demitidas. A velocidade com a qual estas mudanças ocorrem causam preocupações que vão além dos custos ocasionados para a economia, com questões relacionadas a custos sociais, pois o emprego representa para os indivíduos responsabilidade social, sua identidade dentro de uma sociedade e também lhes proporciona autoestima (CORBI; MENEZES-FILHO, 2006).

Para Costa e Menezes-Fiho (2006), os custos não pecuniários ocasionados pelo desemprego podem reduzir a felicidade das pessoas, além de repercutir em taxas de suicídio, diminuição na estabilidade dos casamentos, criminalidade e até aumento da mortalidade.

Segundo Frey e Stutzer (2002a), apesar de o trabalho muitas vezes ser considerado uma atividade desgastante e estressante, pesquisas empíricas reportam que indivíduos desempregados, mesmo que estejam recebendo a mesma quantia de renda proporcionada pelo seu antigo trabalho, tendem a ter seu bem-estar deprimido. Os desempregados correspondem à parcela de indivíduos que reportam os valores mais baixos de satisfação com a vida. Este desequilíbrio emocional parece estar ligado a perturbações mentais, falta de auto-estima e realização pessoal – fatores não pecuniários (FREY; STUTZER, 2002a).

Lucas et al (2004) realizou um trabalho com cerca de vinte cinco mil trabalhadores por um período de quinze anos. Dos indivíduos acompanhados, os que já

havia passado por situações de desemprego no passado – antes da pesquisa – demonstraram dificuldade em se adaptar a uma nova situação de desemprego, embora já tivessem passado por esta experiência. Já os que passaram por um período longo de desemprego, ao conseguirem inserir-se no mercado de trabalho novamente, não atingiam os mesmos níveis de satisfação com a vida, manifestados antes de sua primeira demissão.

Para Frey (2008), a descoberta da influência negativa exercida sobre o desemprego na felicidade pode ser considerada um dos resultados mais significativos apresentados pela Economia da Felicidade. Para Clark e Oswald (1994), o desemprego é capaz de ocasionar condições de infelicidade nos indivíduos maior do que uma separação ou divórcio.

Os indivíduos podem mostrar-se infelizes com a situação de desemprego, mesmo sem estar fora do mercado de trabalho. O simples fato de existir o risco de perder o emprego ocasiona distúrbios psicológicos na pessoa. Eles podem também demonstrar empatia pelos que já perderam o emprego e pela ameaça destes realizarem protestos violentos e isso refletir na economia (FREY; STUTZER, 2002b).

Cabe também ressaltar o caso contrário que pode ocorrer: pessoas infelizes tendem a trabalhar com menos motivação e gerar resultados inferiores, características que podem levar ao desemprego. As pessoas mais felizes são mais aptas para uma vida ativa, o que torna menos provável a perda do emprego (FREY e STUTZER, 2002b). Outros casos podem ocorrer com fechamento não previsto de alguma empresa. Segundo Frey (2008), se nenhum destes casos – diminuição da renda, pessoas infelizes ou mudanças imprevistas – são responsáveis pela diminuição nos níveis de felicidade, então a resposta só pode ser encontrada no “custo psicológico”. Segundo Goldsmith et al (1996), é possível encontrar o desemprego como estimulante de problemas de autoestima, como depressão e ansiedade.

Uma baixa na felicidade ainda pode ocorrer se um indivíduo se encontra na situação de desempregado enquanto os seus semelhantes ainda estão empregados. Quando o desemprego atinge várias pessoas a sensação de culpa e a baixa na felicidade é menor, pois tende-se a responsabilizar a evolução da economia. A desaprovação social deste indivíduo desempregado é menos intensa quando o desemprego atinge muitos outros ao mesmo tempo. Esta forma de análise leva em consideração a posição relativa do indivíduo quanto a seu emprego (FREY; STUTZER, 2002b).

Wilkemann e Rainer (1998) realizaram estudos com dados de painel (*German Socio-Economic Panel*) para investigar se indivíduos desempregados são mais ou menos felizes que indivíduos empregados. Os autores chegaram a duas conclusões. Primeiro, quando desempregado a renda do indivíduo diminui, o que de forma direta reduz sua felicidade devido aos custos pecuniário e também influência na sua felicidade via custos não pecuniário (forma direta). Como segunda conclusão, as pessoas são muito envolvidas com os seus trabalhos a perda do emprego tende a repercutir de forma mais profunda na felicidade dos indivíduos. As redes de relacionamento do indivíduo são reduzidas (WILKELMANN; RAINER, 1998).

Segundo Costa e Menezes-Filho (2006, p. 9), “o custo social pode originar-se do fato que há um estigma atrelado ao desemprego, particularmente numa sociedade na qual o emprego define essencialmente a posição social de um indivíduo”. Costa e Menezes-Filho (2006) realizaram um estudo empírico dos determinantes da felicidade com dados obtidos do *World Values Survey* para cinco países, com ênfase no Brasil. Os resultados encontrados para a relação entre felicidade e ocupação no Brasil são apresentados na Figura 4.

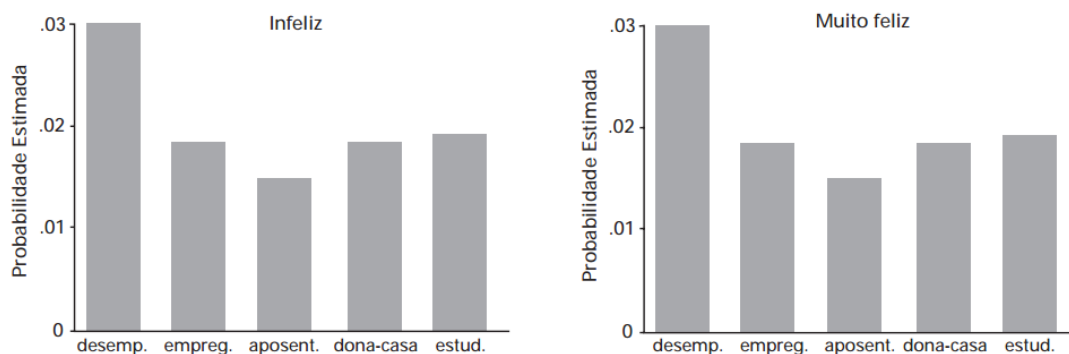


Figura 4 - Felicidade e ocupação no Brasil

Fonte: Costa e Menezes-Filho (2006, p. 16)

A distribuição das variáveis analisadas foi feita da seguinte forma: “As variáveis ocupacionais são *dummies* para **empregado**, **aposentado**, **dona de casa** e **estudante**. Como de costume, deixamos aqui a variável **desempregado** de fora, para evitar colinearidade perfeita.” (Costa e Menezes-Filho, 2006 p. 16, grifo do autor). De acordo com os gráficos, pode-se inferir que indivíduos empregados e aposentados tem maior probabilidade de serem felizes do que indivíduos desempregados. Já sobre a probabilidade de ser infeliz, estas variáveis influem de forma negativa, ou seja, quanto

mais seguro o indivíduo se sente com relação ao seu emprego ou se já está aposentado, em situação estável, menos infeliz este indivíduo vai ser.

O desemprego reprime a felicidade, assim como o risco de perder emprego pode causar distúrbios psicológicos, estar desempregado enquanto os semelhantes estão empregados também pode gerar diminuição da satisfação com a vida, outro ponto importante a ser ressaltado é que pessoas infelizes trabalham com menor motivação.

Neste capítulo foi possível visualizar as contribuições trazidas pelos fatores econômicos como determinantes da felicidade dos indivíduos. No quadro 2 é apresentado um resumo do que foi discorrido sobre felicidade humana x fatores econômicos.

	Renda	Consumo	Inflação	Emprego
Felicidade	No curto prazo possuem correlação positiva.	Possui correlação positiva por um período curto de tempo.	Quanto maior a inflação menor a felicidade.	Desemprego reprime a felicidade.
	No longo prazo possuem correlação negativa.	A posse gera novos anseios.	Inflação gera incerteza e instabilidade.	Passar pela situação de desemprego duas vezes é capaz de levar a infelicidade a níveis extremamente baixos.
	Existe um limite para a geração de felicidade.	Processo de habituação.	Possui relação positiva na análise presente-futuro.	Existência de risco de perder o emprego ocasiona distúrbios psicológicos.
	Depende da percepção relativa da renda.	Existência da ilusão de foco. Depois de ultrapassado os bens necessários gera infelicidade.		Pessoas infelizes trabalham com menos motivação. Posição relativa do desemprego.

Quadro 2 - Resumo dos fatores econômicos determinantes da felicidade dos indivíduos.

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 2 percebe-se que a única variável dos fatores econômicos que possui relação positiva com a felicidade em todos os sentidos é o emprego, quanto maior for este fator maior será a satisfação com a vida relatada pelos indivíduos. Já as variáveis renda, consumo e inflação possuem papel relativo na felicidade individual.

4 FELICIDADE HUMANA X FATORES NÃO ECONÔMICOS

4.1 Introdução

Na Economia da Felicidade além dos fatores econômicos – renda, inflação e desemprego – por trás da felicidade individual, são enfatizadas as descobertas das pesquisas com relação aos fatores não econômicos que podem possuir correlação positiva com a felicidade. O estudo aponta que os fatores estritamente econômicos não prescrevem uma compressão completa dos fatores que influenciam a felicidade – renda, consumo e inflação tem importância relativa. Neste sentido, a Economia da Felicidade tem mais a oferecer, incluindo fatores, como boas instituições, condições adequadas de saúde e a existência de relação patrimonial na explanação sobre felicidade. Estes fatores constituem objetivo central da discussão deste capítulo.

4.2 Institucionais

As condições institucionais representam situações políticas e sociais relacionadas à satisfação com a vida dos indivíduos. Segundo Veenhoven (2000), a liberdade econômica e a liberdade política são fatores essenciais para o aumento da satisfação com a vida, proporcionados pela possibilidade conferida aos indivíduos de realizarem seus desejos e ambições sem a interferência direta de terceiros.

Frey e Stutzer (2000) utilizando-se de dados de mais de seis mil residentes entrevistados na Suíça concluíram que os fatores institucionais ou constitucionais exercem influência sistemática e considerável sobre a felicidade relatada. A possibilidade de participação no âmbito político via iniciativas e referendos, e de estruturas descentralizadas de governo aumenta a satisfação com a vida das pessoas. No caso dos estrangeiros que vivem na Suíça, eles são excluídos da participação no processo político, mas usufruem da mesma forma dos outros direitos concedidos aos naturalizados do país, mas apresentam nível de felicidade inferior por não ter seus direitos de participação ativos.

Helliwell (2001) realizou um trabalho que combinou amostras internacionais de felicidade relatada por indivíduos de diferentes países com variáveis de nível individual e social para encontrar os determinantes da felicidade. Neste trabalho, o autor levou em consideração as consequências históricas, a política do governo e as escolhas da comunidade. Os resultados encontrados indicam que os valores nacionais de confiança incrementam o bem-estar dos indivíduos que vivem em países, onde esta variável substitui o medo e a suspeita. Estes benefícios oferecidos estão além dos que podem ser gerados por uma maior eficiência em assuntos econômicos e do governo. Além disso, o autor confirmou a importância da qualificação das instituições para a felicidade dos indivíduos, com destaque para a transparência, eficiência e agilidade presente nelas.

Espera-se que pessoas que vivem em países dominados pela democracia constitucional sejam mais felizes, pois nestes países os políticos são mais motivados para governar de acordo com os interesses dos indivíduos. Caso os políticos deixem de governar de acordo com os desejos e ambições da população eles correm o risco de não serem mais reeleitos. Instituições democráticas, como o direito ao voto, contribuem para o incremento da felicidade (FREY; STUTZER, 2002a).

Veenhoven (2000) realizou um estudo em trinta e oito países em desenvolvimento com o intuito de compreender a interação entre a democracia e a felicidade. O autor capturou a liberdade econômica, política e pessoal relatada pelos indivíduos e procurou construir as condições que uma constituição democrática garante aos seus cidadãos. A figura 4 representa um gráfico dos resultados encontrados por Veenhoven.

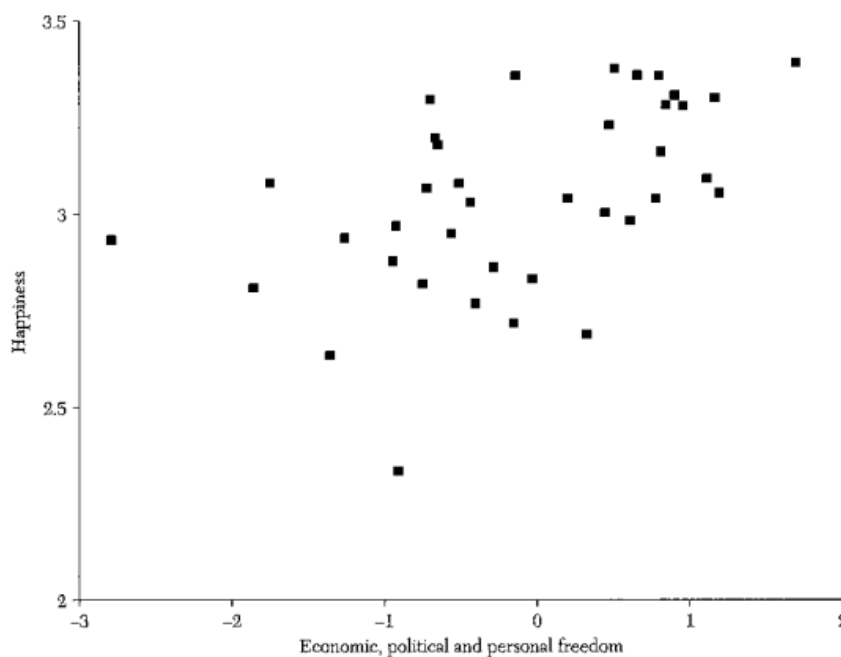


Figura 5 – Liberdade econômica, política e pessoal.

Fonte: Veenhoven (2000).

A figura 4 demonstra que quanto maior o grau de liberdade desfrutado por um indivíduo maior é a sua felicidade. A liberdade econômica diz respeito à capacidade dos indivíduos se envolverem na troca de bens, serviços e no mercado de trabalho. A liberdade política se refere à liberdade dos cidadãos ou das associações com relação ao seu Governo. Diz respeito aos direitos civis e aos direitos políticos, como o direito de igualdade perante a lei. Já a liberdade pessoal se refere a capacidade dos cidadãos de poder escolher qual religião seguir, poder viajar ou escolher seu cônjuge sem interferências do governo (VEENHOVEN, 2000).

A democracia direta, via eleições e referendos e a estrutura federal, com a utilização da autonomia local são variáveis fundamentais para o bem-estar dos cidadãos. Já a presença do terrorismo pode ocasionar a diminuição deste bem-estar reportado (FREY; STUTZER, 2000).

As variáveis macroeconômicas também demonstram relação negativa com a felicidade. As mudanças no valor do Produto Interno Bruto (PIB) de ano para outro influenciam mais a felicidade do que valor que este assume em termos absolutos. Este fato deriva das expectativas negativas criadas nos indivíduos ao verem o seu país crescer pouco, o que ocasiona também medo de ocorrer uma recessão (DI TELLA; MACCULLOCH; OSWALD, 2001a).

4.3 Saúde

Estudos apontam uma forte relação entre felicidade e saúde física e psicológica. A saúde psicológica é a que apresenta maior correlação. Condições como ataques cardíacos e derrames reduzem a qualidade de vida (DOLAN et al, 2007). Indivíduos que sofrem de doenças crônicas ou até problemas permanentes ocasionados por acidentes tendem a passar por uma adaptação ao estado de “incapacidade”, mas que fica longe de ser completa.

Kahneman (2011) destaca a saúde física como um importante determinante da felicidade dos indivíduos. Mas, para o autor quando se trata desta variável também está presente a possibilidade de adaptação, por exemplo, quando um indivíduo possui uma doença física que resulta de um acidente, ele pode se acostumar com esta situação e o problema com o decorrer do tempo passa a não influenciar de maneira tão significativa na sua felicidade. No caso de doenças crônicas ou depressões severas, a interpretação muda, pois estes problemas deslocam a atenção dos indivíduos de maneira constante, seja pelos incômodos que ocasiona diariamente, ou pelas consultas que necessita fazer para revisões.

Niza (2007) corrobora no mesmo sentido de Kahneman (2011). Para o autor vítimas de acidentes graves, como os que ocasionam incapacitação ou doenças de longo prazo, conseguem recuperar parte dos níveis de felicidade relatados antes do acidente. O autor ainda afirma que em estados graves de saúde possuem sim relação negativa direta com a satisfação com a vida dos indivíduos, em as idades e em todos os países.

Easterlin (2003) vai em direção contrária do pensamento de Kahneman (2011) e Niza (2007). Para o autor, não existe adaptação hedônica a nenhum tipo de doença que surge na vida dos indivíduos. Já com relação às doenças crônicas e problemas de saúde que deterioram a saúde dos indivíduos o autor segue a mesma linha de Kahneman e Niza, e acredita que estes problemas são capazes de deteriorar de maneira profunda o nível de felicidade dos indivíduos.

Brickman et al (1978) realizaram um estudo comparativo com dois grupos compostos por vinte duas pessoas cada. O primeiro era de vítimas de acidentes que tiveram sequelas graves e o segundo um grupo de controle. Os resultados encontrados pelos autores permitiram inferir que as vítimas de acidente não transpareceram estar tão infelizes quanto o esperado, mas mesmo assim a felicidade reportada ficou em nível

significativo menor do que o grupo de comparação. Uma provável explicação para os resultados estarem abaixo do esperado pode ser encontrada no fato de que recém que o acidente ocorre o nível de infelicidade fica extremamente baixo devido ao choque momentâneo, que muda drasticamente a saúde de um indivíduo, mas a felicidade não permanece neste patamar extremo de maneira constante, o indivíduo tende a se adaptar a esta nova condição. A adaptação que ocorre fica em nível significativo abaixo dos que nunca sofreram mudanças profundas na saúde.

Segundo Easterlin (2004), o estudo mais completo que analisa a relação entre felicidade e saúde é um inquérito de 1990 realizado na América. Este inquérito contou com a participação de pessoas sem nenhum tipo de deficiência e pessoas com deficiências, estas últimas foram classificadas em diferentes formas, de acordo com a quantidade de deficiências, a seriedade destas e quanto elas tornavam a pessoa incapaz de realizar atividades diárias, assim como, se as pessoas próximas percebem a entrevistado como deficiente. Os resultados obtidos mostraram que a satisfação com a vida das pessoas com deficiência era em nível significativo menor que as pessoas sem deficiências e quanto mais grave a deficiência maior ainda é a queda na felicidade.

Easterlin (2004) sugere que as conclusões deste inquérito demonstram que problemas na saúde são capazes de reduzir de maneira permanente a felicidade das pessoas. Este fato não se deve as pessoas não terem se adaptado ainda a doença, pois no estudo foram selecionadas pessoas em diferentes estágios: alguns estavam em estágio inicial de desenvolvimento da doença e outros contavam com um longo tempo de persistência da doença. O fato é mesmo os que tiveram tempo hábil para se adaptar – estágio longo da doença – reportam redução na felicidade.

A felicidade inclusive se reduz ao longo do ciclo de vida das pessoas; quanto mais as pessoas envelhecem mais problemas relacionados à saúde surgem e assim as pessoas relatam menor satisfação com a vida. O que não existe é uma adaptação completa das pessoas as doenças que vão surgindo ao longo de suas vidas (EASTERLIN, 2004).

Shikida e Rodrigues (2004) por meio da aplicação de um questionário na cidade de Cascavel Paraná buscaram estabelecer a relação entre felicidade e seus determinantes. Na Tabela 1 apresentam-se os resultados encontrados pelos autores.

Tabela 1 - Os aspectos caracterizadores de felicidade que mais ocorreram, segundo pesquisados em Cascavel (PR) – outubro de 2003

Aspectos caracterizadores para a felicidade	1º opção (vezes em que apareceu)	2º opção (vezes em que apareceu)	3º opção (vezes em que apareceu)	Total de vezes em que apareceu
Saúde	37	12	5	54
Família	14	22	9	45
Realização profissional/emprego	6	8	13	27
Dinheiro/renda/bens	3	6	10	19
Realização no amor	4	5	8	17
Paz/tranquilidade	3	2	10	15
Outros valores pessoais (educação, segurança...)	0	10	4	14
Amizade/relacionamento	1	3	9	13
Outras ocorrências (valores religiosos...)	2	2	0	4
Sexualidade	0	0	1	1
Valores culturais (lazer)	0	0	1	1

Fonte: Shikida e Rodrigues (2004, p. 22)

Dos aspectos caracterizados de felicidade o que mais aparece é a saúde, com 54 aparições. A saúde foi mencionada 37 vezes como primeira opção, 12 vezes como segunda opção e 5 vezes como terceira opção dos indivíduos como que corresponde.

4.4 Casamento¹¹

Segundo Easterlin (2004), pessoas que estão em relacionamentos sérios e íntimos são mais satisfeitas e felizes com a vida em termos gerais. A perda do parceiro, separação ou divórcio afeta a felicidade de forma negativa. O prazer de uma nova relação pode ocasionar níveis de felicidade altos novamente. Alguns indivíduos podem ajustar-se um pouco a vida de solteiros.

Pode ocorrer uma adaptação dos indivíduos casados ou dos que passarão por uma separação conjugal a novo estado em que se encontram. Em um estudo realizado com a população alemã descobriu-se que as pessoas são felizes no casamento no que eles chamam de “período da lua de mel”, depois de um ano de casados a felicidade dos indivíduos retorna aos patamares que se encontrava um ano antes do casamento. No

¹¹ O fator casamento é usado como uma proxy para a formação de uniões.

caso dos viúvos acredita-se que a adaptação dá venha a ocorrer oito anos após a perda do parceiro (EASTERLIN, 2004). Caso como separação e divórcio não foram analisados nesta pesquisa.

Em uma pesquisa realizada na América, os dados encontrados se revelaram contrários ao do estudo alemão. Os efeitos da formação e da dissolução de uniões são capazes de gerar efeitos duradouros na felicidade dos indivíduos. Jovens com faixa etária entre de 18 a 29 anos, quando casados, reportam felicidade média de maneira consistente maior que os não casados, e bastante consistente. Pessoas casadas a mesmo a mais de 35 anos reportam felicidade maior que as solteiras. A satisfação com a vida das pessoas que estão em relacionamentos sérios continua a ser significativamente maior do que as solteiras durante todo ciclo de vida. Neste estudo também se captou que pessoas que casam novamente são felizes tanto quanto as que estão nos seus primeiros casamentos (EASTERLIN, 2004).

Costa e Menezes-Filho (2006) corroboram também a relação entre o estado civil e a felicidade. Os resultados encontrados pelos autores são apresentados na Figura 5.

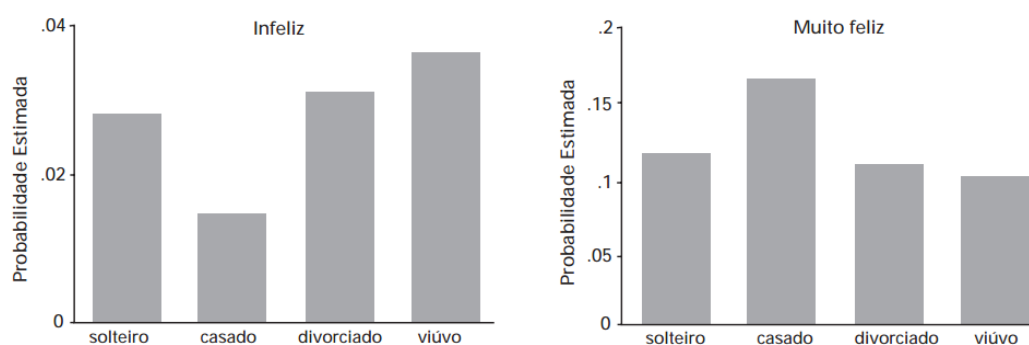


Figura 6 - Felicidade e estado civil no Brasil

Fonte: Costa; Menezes-Filho (2006, p. 17).

Neste caso, as variáveis casado, divorciado e viúvo são as variáveis *dummies*. Pessoas casadas possuem cerca de 50% a mais de probabilidade de serem felizes que os solteiros. Estar em uma relação séria proporciona níveis de aumento da qualidade com a vida maiores do que uma rede de relações menos próximas. Perder o parceiro ou separações/divórcio afeta a felicidade das pessoas negativamente (Costa; Menezes-Filho, 2006).

Para Niza (2007), em termos médios, quando um indivíduo casa sua satisfação com a vida aumenta. Os níveis de felicidade ficam maiores que as pessoas divorciadas

ou viúvas, até mesmo maior que as pessoas solteiras. No caso de uma pessoa viúva, casar-se novamente leva a efeitos positivos na satisfação com a vida.

Segundo Easterlin (2004), a socióloga americana Linda Waite e seus colaboradores contribuíram para o estudo da relação entre felicidade e casamento no mesmo sentido apontado por Niza (2007) e Costa e Menezes-Filho (2006). A socióloga e seu grupo realizaram um estudo acompanhando cinco mil Americanos casados por um período maior de cinco anos. No final do período os indivíduos que continuaram casados mantiveram seus níveis de felicidade constantes, já os que se separaram ou se divorciaram e não casaram novamente, os níveis de felicidade ficaram significativamente menores. Os que passaram por outro casamento se demonstraram com felicidade semelhante aos que permaneceram juntos ao longo dos cinco anos de pesquisa.

Para Easterlin (2004), mulheres acima dos 45 anos de idade tendem a acostumar-se um pouco a vida de solteira, pois no caso de serem separadas, viúvas ou divorciadas, acredita-se as chances de conseguirem casar novamente são inferiores as mulheres mais jovens. A afirmação descrita se mostra controversa quando foi perguntado a mulheres acima de 45 anos qual era a concepção delas de uma vida boa, seis em cada dez mulheres respondeu sem um casamento feliz. Das que nunca casaram quatro em cada dez afirmou ser um casamento feliz sinônimo de uma vida boa. Pode ser que a maioria destas mulheres nunca quiseram casar, ou até mesmo foram casadas e ainda não se ajustaram a vida de solteira, mas o fato é: elas acreditam que um bom casamento faz parte de uma boa vida (EASTERLIN, 2004).

Casamento e felicidade possuem um efeito positivo. Pode ocorrer adaptações e as pessoas se acostumarem a vida de solteiras ou mesmo casadas, mas a adaptação que ocorre é inferior a completa.

Neste capítulo foi possível visualizar as contribuições trazidas pelos fatores não econômicos como determinantes da felicidade dos indivíduos. No Quadro 3 é apresentado um resumo do que foi discorrido sobre felicidade humana x fatores não econômicos.

	Institucionais	Saúde	Casamento
Felicidade	Liberdade econômica e política geram felicidade.	Correlação positiva entre saúde física e mental e a felicidade.	Relação positiva entre o estado civil e a felicidade.
	Transparência, eficiência e agilidade do governo aumenta a felicidade.	Possibilidade de adaptação a doença.	Casar-se novamente eleva a satisfação com a vida.
	Democracia gera maior satisfação.	Doenças crônicas ou depressões severas não permite adaptação.	
	Tamanho do capital do país gera mais felicidade.	Quanto mais grave a deficiência maior ainda é a queda na felicidade.	

Quadro 3 - Resumo dos fatores não econômicos determinantes da felicidade dos indivíduos.

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o Quadro 3, percebe-se que todos os fatores não econômicos abordados possuem relação positiva com a felicidade dos indivíduos. A expansão da análise para outras áreas – as não econômicas – permitiu reconhecer a importância de outros fatores para o debate da felicidade, o que ressalta uma área para onde a atenção em Economia da Felicidade migrou e encontrou respostas mais consistentes para os determinantes da felicidade individual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo de evidências e propostas teóricas percorridos neste trabalho, em conjunto com os dados apresentados, permitem uma reflexão crítica sobre a existência de mais fatores na vida dos indivíduos que correspondem a sua felicidade do que apenas a renda monetária. Rendimentos mais elevados, em média, geram mais felicidade, mas um aumento geral da renda, não aumenta a felicidade de todos os indivíduos. A renda possui posição relativa na felicidade.

Em relação aos outros fatores estritamente econômicos por trás da satisfação individual, o estudo da felicidade prescreve que o consumo pode ter efeitos sobre a felicidade quando corresponde à compra dos bens essenciais, acima deste ponto a posse gera anseios de mais compras. Quanto à inflação, ela é capaz de gerar pressões psicológicas e angústias nos indivíduos, devido ao ambiente de incerteza que cria. Já o emprego é a variável que mais impacta na felicidade, pois representa para os indivíduos um fracasso em termos profissionais. O risco de perder o emprego e a posição de desempregado frente aos semelhantes empregados também causa quedas bruscas na felicidade de um indivíduo.

Nesta monografia ficou exposto também a grande importância, para a felicidade, dos fatores não econômicos. Um bom relacionamento com outras pessoas, como o caso de uma relação conjugal pode trazer mais felicidade para os indivíduos do que dinheiro e a posse de bens materiais. Desde que acompanhado pela sensação de fazer algo útil, como um emprego e de acordo com as circunstâncias, isto é, de acordo com a saúde que possui e a liberdade e oportunidade de engajamento político.

Como toda a pesquisa que iniciou com um questionamento, esta monografia permitiu encontrar algumas respostas para os determinantes da felicidade dos indivíduos em fatores que vão além da renda – reconhecida pelo senso comum como o principal impulsionadora da satisfação com a vida dos indivíduos. A expansão da análise para outros fatores econômicos e não econômicos permitiu reconhecer a importância dos fatores emprego, instituições, saúde e casamento como mais influentes na felicidade dos indivíduos.

Neste sentido, se estabelecem relações entre as emoções, a satisfação, o otimismo e a auto realização dos indivíduos com os diferentes domínios da vida (controle sobre a própria saúde, realização profissional, renda adequada para atender as

necessidades básicas, participação ativa na vida política, ou relações sócias) e a medida que estas se mostram de forma satisfatória um dos fins e dos sentidos que movem a vida humana é alcançado: a felicidade.

A Economia da Felicidade, ao oferecer um conhecimento mais amplo dos fatores que determinam a felicidade dos indivíduos, permite extrapolar as premissas do senso comum – renda como sinônimo de felicidade – e traz à tona uma maior compreensão dos processos psicológicos básicos, permite a promoção de iniciativas focadas na melhoria da qualidade de vida e pode oferecer uma forma adequada de avaliação das políticas sociais e econômicas centradas no desenvolvimento econômico.

As limitações enfrentadas ao discutir a temática Economia da Felicidade encontram-se na restrita literatura nacional desenvolvida sobre o tema. Como a literatura em língua inglesa é maior que a literatura em português, a consulta em periódicos internacionais foi essencial e indispensável para a realização desta monografia, o que exigiu maior esforço e dispêndio de tempo, por não ser o inglês a língua habitual de leituras. Destaca-se também a dificuldade de acesso a livros internacionais, que na maior parte dos casos não são disponíveis para consulta gratuita e o custo de investimento nos mesmos é elevado.

Deixa-se como sugestão para pesquisas futuras utilizar as propostas e evidências existentes na literatura sobre a felicidade e avaliar a possibilidade desta temática ser estimulada via políticas sociais – como, incentivo à medicina preventiva, prática de exercícios físicos e educação para o consumo – e se tornar um interesse governamental, como a redução da pobreza a níveis nacionais.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970. 976p. Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Dicionario-de-Filosofia-Nicola-ABBAGNANO.pdf>>. Acesso em: setembro de 2015

ARAGÃO, A. **Política de comunhão**, 2002. Disponível em: <<http://www.paulodetarso310.hpg.ig.com.br/artigo1.html>> Acesso em: junho de 2015.

ARISTÓTELES. **Aristotle in twenty-three volumes**. Cambridge: Harvard University Press (Loeb Classical Press), 1933, reimpr. 1980. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Aristotle.html?id=2uilmgEACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: junho de 2015

BECKER, M. S. **A relação entre riqueza e felicidade**: um estudo sobre o bem-estar econômico e bem-estar subjetivo. Porto Alegre, Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas pela UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/25402>>. Acesso em: junho de 2015

BRICKMAN, P. et al. Lottery winners and accident victims: Is happiness relative? In: **Journal of personality and social psychology** 36.8 1978, p. 917. Disponível em: <http://pages.ucsd.edu/~nchristenfeld/Happiness_Readings_files/Class%203%20-%20Brickman%201978.pdf>. Acesso em: junho de 2015

BRICKMAN, P.; CAMPBELL, D. T. Hedonic relativism and planning the good society. In: **APLEY, M. H.** (Ed.), *Adaptation-level theory: A symposium*. New York: Academic Press, p. 287-302, 1971,

CHIZOTTI, A. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CLARK. A; OSWALD. A; Unhappiness and Unemployment. In: **Economic Journal**, v. 104, n. 424, p. 648-59, 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2234639?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: junho de 2015

_____. Satisfaction and Comparison Income. In: **Journal of Public Economics**, v. 61, p. 359-81, 1996. Disponível em: <<http://www.andrewoswald.com/docs/jpub.pdf>>. Acesso em: junho de 2015

CORBI; MENEZES-FILHO. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. In: **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 4, p. 518-536, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n4/03.pdf>>. Acesso em novembro de 2015

DA COSTA, F. N. **Economia comportamental**: de volta à filosofia, sociologia e psicologia. 2009. Disponível em: <file:///D:/Meus_Documentos/Downloads/texto173.pdf>. Acesso em: junho de 2015

DIENER, E.; DIENER, M.; DIENER, C. Factors predicting the subjective well being of nations. In: **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 69, p. 851-864, 1995. Disponível em: <<http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=fulltext.journal&jcode=psp&vol=69&issue=5&page=851&format=PDF>>. Acesso em: junho de 2015

DIENER, E.; SUH, E. M. **Culture and subjective wellbeing**. Cambridge: MIT, 2000. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Culture_and_Subjective_Well_being.html?id=1A2siA19hKYC&redir_esc=y>. Acesso em: junho de 2015

DIXON, H. D. Controversy: economics and happiness. In: *Economic Journal*, v. 107, p. 1812-1814, 1997. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/economics/morey/4999Ethics/Dixon1997.pdf>>. Acesso em: outubro de 2015

DI TELLA, R., MACCULLOCH, R., & OSWALD, A. Preferences over inflation and unemployment: Evidence from surveys of happiness. In: **American Economic Review**, 91(1), 335-341, 2001a. Disponível em: <<http://www.people.hbs.edu/rditella/papers/AERHappyInflation.pdf>>. Acesso em: junho de 2015

_____. **The macroeconomics of happiness. Working paper**, Harvard University/MIT, 2001b. Disponível em: <<http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/ajoswald/macrohappinessoct2001.pdf>>. Acesso em: outubro de 2015

EASTERLIN, R. A. Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. In: DAVID, Paul A.; REDER MELVIN, W. R. (Ed.). *Nations and households in economic growth: essays in honor of Moses Abramowitz*. New York: Academic Press, 1974. Disponível em: <<http://huwdixon.org/teaching/cei/Easterlin1974.pdf>>. Acesso em: maio de 2015

_____. **Explaining happiness** *Proceeding of the National Academy of Sciences*, v. 100, p. 11176-11183, 2003. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/100/19/11176.full-title=Explaining>>. Acesso em: maio de 2015

_____. The economics of happiness. In: **Daedalus**, v. 133, n. 2, p. 26-33, 2004. Disponível em: <<http://www-bcf.usc.edu/~easterl/papers/Happiness.pdf>>. Acesso em: maio de 2015

_____. “Where is Economic Growth Taking Us?” In: **Mount Holyoke Conference on the World Economy in the 21st Century: Challenges and Opportunities**.” Mount Holyoke, p. 18-19, 2010

_____. **Happiness and economic growth: the evidence**. IZA. Discussion paper 7187, 2013. Disponível em: <<http://ftp.iza.org/dp4060.pdf>>. Acesso em: maio de 2015

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p.214

FRANCO, G. H. B. **Índices de Felicidade e desenvolvimento econômico**. Portugal: Fundação Calouste Gulberklain. 2012. Disponível em: <<http://www.economia.puc-rio.br/gfranco/Economia%20e%20felicidade%20-%20o%20ensaio.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2015

FRANK, R H. The frame of reference as a public good*. In: **The Economic Journal**, v. 107, n. 445, p. 1832-1847, 1997.

_____. Does absolute income matter? In: PORT, Pier Luigi; BRUNI, Luigino (Ed.). **Economics and happiness: framing the analysis**. Oxford University Press, 2005. Disponível em: <<http://oxfordindex.oup.com/view/10.1093/0199286280.003.0003>>. Acesso em: outubro de 2015

FREY, B. **Happiness: A Revolution in Economics**. Cambridge: The MIT Press, 2008. 240p. Disponível em: <http://mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/content/9780262514958_sch_0001.pdf>. Acesso em: junho de 2015

FREY, B.; & STUTZER, A. Happiness, Economy and institutions. In: **The Economic Journal**, 110, p. 918-938, 2000. Disponível em: <www.iew.uzh.ch/wp/iewwp015.pdf>. Acesso em: junho de 2015

_____. The economics of happiness. In: **World Economics**, v. 3, p. 25-41, 2002a. Disponível em: <http://bsfrey.ch/articles/365_02.pdf>. Acesso em: maio de 2015

_____. What Can Economists Learn from Happiness Research? In: **Journal of Economic literature**, v. 40, No. 2. p. 402-435, 2002b. Disponível em: <<http://people.ucsc.edu/~jhgonzal/100a/files/0-150.pdf>>. Acesso em: junho de 2015

GANDELMAN, N; HERNÁNDEZ-MURILLO, R. The impact of inflation and unemployment on subjective personal and country evaluations. In: **Federal Reserve Bank of St. Louis Review, May/June**, v. 91, n. 3, p. 107-26, 2009.

GARDNER, J.; OSWALD, A. Does money buy happiness? A longitudinal study using data on windfalls. Working Paper, Department of Economics (Warwick University), CV4 7AL, p. 32, 2001. Disponível em: <<http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/ajoswald/marchwindfallsgo.pdf>>. Acesso em: outubro de 2015

GIANETTI, E. **Felicidade** - Diálogos sobre o bem-estar na civilização, São Paulo, Companhia das Letras, 2002. Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/egdfdsobenc.pdf>>. Acesso em: maio de 2015

GRAHAM, C. The economics of happiness. In: **World Economics**, v. 6, n.3, p. 41-55, 2005. Disponível em:

<<http://www.brookings.edu/~media/research/files/articles/2005/9/globaleconomics%20graham/200509.pdf>>. Acesso em: maio de 2015

GOLDSMITH, A. et al. The Impact of Labor Force History on Self-Esteem and Its Component Parts, Anxiety, Alienation and Depression. In: **Journal of Economic Psychology**, v. 17, p. 183-220, abr 1996. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0167487096000037>>. Acesso em: novembro de 2015

HELLIWELL, J. F. **How's Life? Combining Individual and National Variables to Explain Subjective Well-Being**. Mimeo, Department of Economics, University of British Columbia, 2001. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w9065.pdf>>. Acesso em: outubro de 2015

KAHNEMAN, D. What scientific concept would improve everybody's cognitive toolkit? In: **Edge**. 2011 Disponível em: <http://edge.org/responses/what-scientific-concept-would-improve-everybodyscognitive-toolkit>. Acesso em: outubro de 2015

LANE, R. **The Loss of Happiness in Market Economies**. New Haven: Yale University Press, 2000. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/The_Loss_of_Happiness_in_Market_Democrac.html?id=CP0SmKgqQlMC&redir_esc=y>. Acesso em: setembro de 2015

LAYARD, R. **Happiness: Lessons from a New Science**. Grã-Bretanha: Editora Allen Lane, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Happiness.html?id=nesQAQAIAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: maio de 2015

LIMA, S. V. **Economia e felicidade: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/.../SabrinaVieiraLima.pdf>. Acesso em: maio de 2015

LUCAS, R. et al. E. Unemployment alters the set point of life satisfaction. In: **Psychological Science**, 15(1), p. 8-13, 2004. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14717825>>. Acesso em: maio de 2015

NETTO, J. H. C. D. **Bem-estar Subjetivo: Uma Abordagem Intergeracional Pelo Método De Pseudopainel**. Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <www.anpec.org.br/.../i12-7cdb8e09b25663206795eed3bc9db964.docx>. Acesso em: junho de 2015

NERY, P. F. **Economia da felicidade: Implicações para políticas públicas**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2014 (Texto para Discussão nº 156). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso abril 2015.

NIZA, C. F. **Economia da felicidade e política social**: contributos da ciência comportamental para orientação da ação pública com vista ao desenvolvimento humano. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão., 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.portalbolsasdeestudo.com.br/link/?id=3324768>>. Acesso em: setembro de 2015

NG, Yew-Kwang. A Case for Happiness, Cardinalism, and Interpersonal Comparability. In: **The Economic Journal**, v. 107, n. 445, p. 1848-1858, nov. 1997. Disponível em: <<http://www.colorado.edu/economics/more/4999Ethics/Ng1997.pdf>>. Acesso em: junho de 2015

OSWALD, A J. Happiness and economic performance*. In: **The Economic Journal**, v. 107, n. 445 p. 1815-1831, 1997. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0297.1997.tb00085.x/pdf>>. Acesso em: outubro de 2015

PASTORE, J. **Riqueza e felicidade**, 2001. Disponível em: <<http://www.josepastore.com.br/artigos/cotidiano/089.htm>> Acesso em: junho de 2015.

PRECHT, R. D. **Quem sou eu? E, se sou, quantos sou?** Uma aventura na filosofia. São Paulo, Ediouro, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Quem_Sou_Eu_E_Se_Sou_Quantos_Sou.html?id=ZTzcueM96HcC>. Acesso em: novembro de 2015

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, O. A.; SHIKIDA, P. F. A. Economia e felicidade: elementos teóricos e evidências empíricas. In: **Pesquisa & Debate**, São Paulo (SP), v.16, n.1(27), p.80-120, 2005. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11894>>. Acesso em: junho de 2015

SABETAN, F. **O conceito de prosperidade**, 2003. Disponível em: <<http://www.rcgg.ufrgs.br/cap5.htm>>. Acesso em: maio de 2015.

SACHES, J. Introduction. In: HELLIWELL, John; LAYARD, Richard; SACHS, Jeffrey (Eds.). **World Happiness Report**. New York: Earth Institute, Columbia University, 2012. Disponível em: <<http://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/Sachs%20Writing/2012/World%20Happiness%20Report.pdf>>. Acesso em: abril de 2015

SCITOVSKY, T. The joyless economy: an inquiry into human satisfaction and consumer dissatisfaction. Oxford: O.U.P., 1976. Disponível em: < https://books.google.com.br/books/about/The_joyless_economy.html?id=l-rDAAAIAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: outubro de 2015

SEN, A. **A ideia de justiça**. Biblioteca Nacional de Portugal, 1933.

_____. Well-Being, agency and freedom: the Dewey Lectures, 1984. In: **The Journal of Philosophy**, v. 82, p. 169-221, 1985. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Sen-1985_WellBeing-Agency-Freedom.pdf>. Acesso em: novembro de 2015

SHIKIDA, P. F. A. “A gente não quer só dinheiro... a gente quer dinheiro e felicidade”: notas e reflexões no contexto da ciência econômica. In: **Revista Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, 2009. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/3150/2485>>. Acesso em: maio de 2015

SHILLER, R. J. Why do people dislike inflation?. In: **Reducing Inflation: Motivation and Strategy**. University of Chicago Press, 1997. p. 13-70. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c8881.pdf>>. Acesso em: novembro de 2015

STEVENSON, B.; WOLFERS, J. Subjective well-being and income: is there any evidence of Satiation? In: **American Economic Review**, v. 103, n.3, p. 598-604, 2013. Disponível em: <[http://users.nber.org/~jwolfers/Papers/Satiation\(AER\).pdf](http://users.nber.org/~jwolfers/Papers/Satiation(AER).pdf)>. Acesso em: maio de 2015

VEENHOVEN , R. Questions on happiness: Classical topics, modern answers, blind spots. In: **F. Strack, M. Argyle, & N. Schwarz** (Eds.), Subjective well-being: An interdisciplinary perspective, p. 7-26. Oxford, England: Pergamon Press, 1991. Disponível em: <repub.eur.nl/pub/16149/91c-full.pdf>. Acesso em: maio de 2015

_____. Advances in understanding happiness. In: **Revue québécoise de psychologie** 18.2 p. 29-74, 1997. Disponível em: <<http://www2.eur.nl/fsw/research/veenhoven/Pub1990s/97c-full.pdf>>. Acesso em: outubro de 2015

_____. Well-being in the Welfare State: Level not higher, distribution not more equitable. In: **Journal of Comparative Policy Analysis**, 2, 91-125, 2000. Disponível em: <<http://www2.eur.nl/fsw/research/veenhoven/Pub2000s/2000b-full.pdf>>. Acesso em: maio de 2015

_____. **World Database of Happiness**, Distributional Findings in Nations, 2003. Disponível em: <<http://www.eur.nl/fsw/research/happiness>>. Acesso em: maio de 2015

WINKELMANN, L. e RAINER. “**Why are unemployed people so unhappy? Evidence from Panel Data**”, *Economica* p.1-15, 1998. Disponível em: <<http://www.econ.uzh.ch/dam/jcr:59d43fc7-11ad-40b2-b1b9-bd6c4c50046a/economica.pdf>>. Acesso em outubro de 2015